A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO JORNAL "A CLASSE OPERÁRIA" (1967-1983) [1]

NASCIMENTO, Mirian Alves do (mestranda) [2]
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar as denúncias de violências praticadas contra mulheres aprisionadas pelos órgãos de repressão do estado, publicadas no Jornal "A Classe Operária", vinculado ao Partido Comunista do Brasil, durante a ditadura militar no Brasil (1964 a 1985). A partir dos estudos de gênero e da História Oral analisamos documentos produzidos, durante e posteriormente aos "anos de chumbo", como o jornal alternativo "A Classe Operária", algumas entrevistas, site, relatos e livros de memórias, no intuito de observar se os/as sujeitos que escreveram/produziram as notícias se utilizaram das construções de gênero presentes na sociedade daquele período para sensibilizar os/as leitores/as frente às sevícias cometidas pelo governo militar contra seus opositores. Observamos, então, que algumas denúncias que falam acerca da violência contra as mulheres nos períodos de ditadura, praticadas pelo estado, denunciam a violência sexual explicitamente enquanto em relação aos homens pode apenas ser inferida. De modo generalizante, as construções de gênero aparecem num viés geracional, apontando a fragilidade de crianças e pessoas idosas frente à tortura.

Palavras-chave: mulheres, violência, "A Classe Operária", gênero, ditadura.

Durante a ditadura militar no Brasil, de 1964 a 1985, sob a Lei de Segurança Nacional[3], foi implementada repressão significativa aos indivíduos envolvidos nas organizações de resistência e oposição ao regime. Entre estes opositores haviam mulheres, que em número significativo sofreu prisões, torturas e morte. Algumas organizações de esquerda[4] procuraram denunciar[5] as práticas arbitrárias do governo nos

---

[1] Trabalho apresentado no GT Mídia Alternativa, integrante do VIII Encontro Nacional de História da Mídia, 2011.

2 Mestranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Faço parte do Projeto Cone Sul, realizado pelo Laboratório de Estudos de Gênero e História, na mesma instituição, coordenado pela Profª Drª Cristina Scheibe Wolff e Profª Drª Joana Maria Pedro, desde 2009. Endereço eletrônico: miroca11@hotmail.com.

[3] A Lei de Segurança Nacional foi promulgada em abril de 1935. Esteve em vigência nos governos que sucederam Getúlio Vargas e, durante a Ditadura Militar a questão da segurança nacional foi reforçada pela doutrina da segurança nacional criada pelos militares da Escola Superior de Guerra – ESG. Esta lei se caracterizou, principalmente, pela elaboração de legislação especial para o tratamento dos crimes contra a segurança do Estado, tornando-os alheios às garantias processuais. Ver mais em: A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. FGV – CPDOC. Disponível em:<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AeraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/LeiSegurancaNacional> Acesso em: 10 de março de 2011.

[4] Como exemplos de organizações de esquerda, cito a organização Ação Libertadora Nacional (ALN) e a Movimento Revolucionário - Política Operária (MR-PO) que publicaram, respectivamente, o Jornal Unidade e Luta e o Jornal Política Operária.

[5] O Jornal A Classe Operária, no seu número 39, página 10, de 1970, traz a seguinte solicitação: "As denúncias contra as torturas e os torturadores devem ser precisas, concretas, convincentes e

seus órgãos de imprensa. Para esta pesquisa investiguei o Jornal "A Classe Operária" do Partido Comunista do Brasil, de 1967 a 1983, no intuito de saber se o jornal publicou denúncias sobre as violências sofridas pelas mulheres e se os redatores destes veículos utilizaram construções de gênero difundidas à época para sensibilizar os leitores com o objetivo de mobilizá-los para as lutas de oposição e resistência ao regime, já que este objetivo é patente nas matérias veiculadas neste periódico.

Assim, para verificar as funções atribuídas às mulheres e aos homens pelos grupos de oposição a esses governos, a perspectiva de abordagem da história feita através dos estudos de gênero será utilizada. Bem como para compreender as relações que essas exposições tiveram com as culturas existentes na sociedade civil acerca dessas funções, uma vez que o gênero é "um dos componentes da construção social do sujeito masculino e feminino", [6] se faz presente em todas as relações sociais e, consequentemente, nos discursos sobre o masculino e o feminino. Pois, conforme afirma Ella Shohat: eles (discursos) "são percebidos, consumidos e tem impacto material, político e cultural na vida das pessoas". Para esta autora, nada escapa da mediação das representações, mas as representações, igualmente, "têm um impacto no mundo, em nossas identidades projetadas, em nossas identificações sociais e filiações culturais". [7]

Com o objetivo de mostrar a reprodução das relações e padrões de gênero encontrados no interior das organizações de esquerda utilizei o livro de memórias "De corpo e alma" de Derlei Catarina De Luca e a coletânea de relatos "Memórias das mulheres do exílio" sob a organização de Albertina de Oliveira Costa e, ainda, duas entrevistas com a ex-militante Maria Amélia de Almeida Teles. Para analisar tais depoimentos lancei mão da História Oral, cuja metodologia é caracterizada principalmente pela utilização de entrevistas como fontes históricas, que são construídas

---

pormenorizadas." As denúncias de tortura contra homens traziam mais detalhes das práticas e as que denunciavam as torturas contra as mulheres eram menos explícitas.

[6] WOLFF, Cristina; BACK, Lilian; SENA, Priscila Carboneri de. Relações de gênero na definição de um guerrilheiro: um paralelo entre o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8 – Brasil) e o Ejercito Revolucionario del Pueblo (ERP – Argentina). Anais do IV Encontro Regional Sul de História Oral – Cultura, identidades e memórias, Florianópolis, 12 a 14 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/CristinaScheibeWolff.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2010.

[7] COSTA, Claudia de Lima, MALUF, Sonia. Feminismo fora do centro: entrevista com Ella Shohat. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/Scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 de maio de 2010.

a partir da memória da pessoa entrevistada ou que relata suas experiências em livros. Porém, tanto as entrevistas como relatos memorialísticos[8] são documentos que possuem os componentes típicos da construção das recordações e, por esse motivo, são carregados de ressignificações acumuladas pelas vivências e marcados pela subjetividade, todavia, utilizamos estas fontes sabendo de antemão que nenhum discurso é neutro. Mas, o uso dessas fontes se faz proficuo, pois, conforme mostra Verena Alberti, "o relato pessoal deixou de ser visto como exclusivo de seu autor, tornando-se capaz de transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração histórica e social". E acrescenta que o "contexto serve para preencher as lacunas documentais por meio de comparações com outras pessoas cuja vida apresenta alguma analogia". [9] Giovanni Levi dia que "as biografias são usadas especificamente para esclarecer o contexto" [10]. Por isso, neste trabalho, utilizo os depoimentos que auxiliarão na compreensão do contexto das denúncias publicadas no jornal para verificar a presença das construções de gênero dentro das organizações de esquerda e entre seus componentes. Além dessas ferramentas utilizadas para entender os discursos, procuraremos compreender como acontecem os processos que sustentam os difusores de notícias e informações. Para tal, é pertinente apontar o que Eni Orlandi nos mostra: "se pensamos o discurso como efeito de sentidos entre locutores, temos de pensar a linguagem de uma maneira muito particular: aquela que implica considerá-la necessariamente em relação à constituição dos sujeitos e à produção dos sentidos." [11] E complementa que a história está imbricada neste processo, uma vez que ela dá ferramentas para que os signos sejam compartilhados com significados semelhantes entre quem emite informação e quem recebe. A autora aponta ainda que "o discurso está na base da produção da existência humana" [12], porque a linguagem faz a mediação entre o ser humano e seu entorno social. Logo, é através dos

---

[8] BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia.In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 153-202. pp. 215.

[9] ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 153-202. pp. 163.

[10] LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). Usos & Abusos da história oral. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 176.

[11] ORLANDI, Eni P. Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. Em Aberto. Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994, p. 53. Disponível em:<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/911/817> Acesso em: 15 de setembro de 2010.

[12] ORLANDI. Eni P. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 6ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 2005. p. 15.

discursos que o indivíduo expõe suas realidades, que por sua vez são resultado das experiências vivenciadas por ele durante sua trajetória de vida.

A expressão "violência contra a mulher" está baseada na "Declaração sobre a eliminação da violência contra a mulher", documento aprovado em 1993 pela Assembléia Geral das Nações Unidas, e consiste em "todas as violações atreladas à violência sexual, física e psicológica, vivenciadas em âmbito familiar, na comunidade ou perpetradas pelas instituições representativas do Estado. [13]

Os indivíduos que faziam oposição ou resistência ao governo militar podiam ser encontrados nos partidos comunistas tradicionais e/ou reformistas como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) [14], e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) [15]. Como também entre os que formavam a *nova esquerda*[16] formada pelas seguintes organizações: a Organização Revolucionária Marxista- Política Operária (POLOP ou ORM-PO), o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) e a Ação Popular (AP).[17] Deste universo, destaco o PCdoB - uma vez que analiso o seu órgão oficial de imprensa -, partido que tinha à época o projeto de implantar a revolução do proletariado, todavia, realizando um trabalho de conscientização, relativamente longo, junto às massas rurais sob o objetivo de desencadear uma guerra popular prolongada no modelo maoísta – iniciativa que esteve em germe entre os anos de 1972 e 1974, na região do Araguaia, tentativa única de guerrilha rural, naquela conjuntura, sem estar atrelada a guerrilha urbana. [18]

Entre as décadas de 1960 e 1970 houve um aumento significativo, em relação a períodos anteriores, da participação de mulheres na militância de partidos de esquerda,

---

[13] CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Vozes femininas (ainda) silenciadas: ranços e avanços sobre a violência doméstica no Brasil (1985-2005). In: FRANCO, Sebastião Pimentel; NADER. Maria Beatriz; SILVA, Gilvan Ventura da (orgs). História, mulher e poder. Vitória: Edufes; PPGHis, 2006. p. 256.

[14] De acordo com Marcelo Ridenti, seus projetos de implantação da "revolução socialista" não se faziam demasiados emergentes e por isso podiam estabelecer relações pacíficas e de apoio à consolidação das revoluções burguesas nos países ditos de terceiro mundo, relacionados às diretrizes estabelecidas por Moscou.

[15] Propunha um socialismo democrático.

[16] Era composta pelas organizações que defendiam a revolução socialista através do rompimento imediato com os partidos de esquerda tradicionais e o desenvolvimento da luta armada. O PORT e a AP a priori não pegariam em armas.

[17] RIDENTI, Marcelo Siqueira. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. p. 30

[18] Ibidem, p. 25-72.

sobretudo os da *nova esquerda*. E não eram apenas as jovens do movimento estudantil, mas, profissionais liberais, professoras, donas de casa, entre outras ocupações, também foram atraídas pelas idéias revolucionárias que pulsavam ao seu redor. Marcelo Ridenti relata que, em relação às organizações armadas, o percentual de mulheres denunciadas ficou entre 15 e 20%. [19] E, embora tenha existido certo avanço em relação ao engajamento de mulheres, ainda permanecia no interior das organizações de oposição ao governo, pensamentos conservadores que se podem ver refletidos na situação mostrada a seguir: "Pode deixar, minha filha, que eu vou lá botar os podres deles pra fora" [20]. Essa fala é do histórico comunista Gregório Bezerra, ao saber de uma militante do PCB, que eleita delegada para um congresso do partido, foi vetada por duas bases em Recife por não ser mais virgem. Notamos ainda que as construções de gênero permeavam as relações no interior das organizações, independente do gênero, mesmo as militantes as utilizavam. Derlei Catarina De Luca, ex-militante da AP – Ação Popular, por ocasião de sua chegada ao exílio do Chile no ano de 1972, diz: "À noite, aparecem vários companheiros e as mulheres descascam batatinha para a janta. [...] Vou para a cozinha ajudar e descascamos 2 sacos de batatinhas miúdas, que são consumidas rapidamente." Neste mesmo tempo lembra "Os companheiros conversam, preparam relatórios para mandar ao Brasil..."[21]. Conforme Judith Butler o gênero é resultado de performances vividas de forma ininterrupta[22], vemos isso no relato de Vânia, uma das ex-militantes, que dá seu depoimento na seleção de textos que compõe "Memórias das mulheres no exílio", de 1978. Ela afirma que na organização a qual pertencia "a mulher deixou de ser virgem, o homem deixou de ser macho, lava pratos, faz comida, é bom cozinheiro". Tarefas que durante muito tempo foram vistas como femininas. Contudo, para ela, "isso não era o fundamental. As análises, as grandes análises, a estratégia e a tática, isso era o que importava. E isso eram eles que faziam".[23] Então, podemos ver que embora tenha havido alguns avanços na desnaturalização de certas práticas, outras, vistas pela militante como mais importantes, decisivas, ainda eram realizadas pelos homens.

---

[19] Ibidem, p. 198.
[20] VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. 28 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 38.
[21] DE LUCA, Derlei Catarina. No corpo e na alma. Criciúma: Ed. do autor, 2002. p. 275.
[22] BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. P. 199-201.
[23] COSTA, Albertina de Oliveira, (ET al.). Memórias das mulheres do exílio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 113.

Assim, ao investigar alguns jornais de oposição no Brasil[24] pude perceber que durante o regime militar, além dos choques beligerantes entre as forças do governo e os militantes da oposição houve também uma espécie de guerra de discursos e informações concentradas em algumas frentes. Entre estas, evidencio os meios de comunicação, utilizados em cada lado do conflito para defender seus ideais e objetivos. O professor Bernardo Kucinski afirma que esse período foi especialmente fértil para o surgimento da chamada mídia alternativa uma vez que despontaram no cenário brasileiro mais de 150 periódicos[25] que tinham como objetivo se contrapor à ditadura militar e/ou organizar a comunidade em torno de seus interesses. Denominada também de imprensa "nanica" podemos verificar, segundo Karina Janz Woitowicz, que ela se caracteriza pela "produção de veículos voltados a demandas e interesses sociais, que não atuam nos limites do mercado tradicional (de produção, circulação e consumo) da informação." [26] E notabilizou-se, frequentemente, pela oposição acirrada que fazia ao regime militar através da publicação de matérias jornalísticas de interesse público. Nas suas pautas encontravam-se assuntos variados, os quais estavam sempre atrelados à denúncia dos mais diversos modos de opressão: o desemprego, os movimentos sindicais, as condições de trabalho dos operários, a baixa qualidade de vida através da falta de infra-estrutura na saúde, na educação e na habitação; a violência sofrida dentro das fábricas, nas greves, nos delitos comuns entre as camadas mais baixas da população. Temas políticos pertinentes ao período também integraram as páginas destes periódicos como as prisões, os sequestros, as torturas e os desaparecimentos de opositores do regime. Por consequência, logo atraíram para si a censura do governo. [27]

Com a possibilidade de alcançar o povo através dos periódicos, as organizações de esquerda, sob uma perspectiva leninista de "educar as massas no espírito da

---

[24] Esta pesquisa é parte integrante do meu Trabalho de Conclusão de Curso sob o título: "A imprensa alternativa e a violência contra mulheres nas ditaduras militares do Brasil e Chile (1964-1989)", apresentado em fevereiro de 2011.

[25] KUCINSKI, Bernardo. A síndrome da antena parabólica. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

[26] WOITOWICZ, Karina Janz. Apresentação: Por uma outra história da mídia. In: WOITOWICZ, Karina Janz (org). Recortes da mídia alternativa: histórias e memórias da comunicação no Brasil. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2009. p.13.

[27] WOITOWICZ, Karina Janz (org). Recortes da mídia alternativa: histórias e memórias da comunicação no Brasil. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2009. p. 19-76.

democracia consequente e do socialismo", [28] especialmente a rural, também utilizaram seus órgãos de imprensa como forma de "educar" esse povo, com o objetivo de que este se engajasse na construção de um governo de viés popular e, sobretudo na luta contra a repressão e, posteriormente, pela democracia e anistia aos presos políticos. Fato comum nessa modalidade de imprensa, o PCdoB frequentemente publicava frases semelhantes a "temos diante de nós a grande tarefa de esclarecer o povo, abrir-lhe os olhos...",[29] assumindo o papel de vanguarda que Lênin atribuiu ao proletariado.

O órgão oficial do PCdoB, "A Classe Operária", apesar de circular desde 1962, foi encontrado entre os números 16 e 155, no Centro de Documentação e Memória da fundação Maurício Grabois, através de seu *site* e, portanto, analisado entre os anos de 1967 até 1983, época que abrange o período que antecede os confrontos entre as Forças Armadas e os guerrilheiros do Araguaia, os confrontos com o extermínio destes, [30] e a fase de distensão da ditadura, período marcado pelo fim da censura e anistia.[31] O periódico "A Classe Operária" [32], em 1972, sofreu um revés ao ter o "aparelho" onde era impresso "estourado" pela repressão com apreensão de máquinas e prisão dos militantes - entre eles estavam as irmãs e militantes do PCdoB Criméia Alice Schmidt de Almeida, Maria Amélia de Almeida Telles, juntamente ao seu companheiro César Telles e o dirigente do PCdoB, o então responsável pelo periódico, Carlos Nicolau Danielli, assassinado pela repressão naquela ocasião. Augusto Buonicore, no site da Fundação Maurício Grabois nos relata que

> Desde 1966, o militante César Telles era o responsável por rodar A Classe Operária. Recebia os textos, geralmente já em stencil, e os mimeografava. A "gráfica" ficava na sua própria casa, que funcionava como um aparelho do Partido. Era localizada em Nova Iguaçu na baixada fluminense. Depois de

---

[28] LENIN, Vladimir I. Sobre o Direito das Nações à Autodeterminação. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1914/auto/cap02.htm> Acesso em: 23 de setembro de 2010.

[29] PCdoB. A Classe Operária. Nº 77. p. 23. Setembro/1973. Disponível em: <http://www.fmauriciograbois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_46.pdf>. Acesso em: 05de julho de 2010.

[30] Ver MORAIS, Taís, SILVA, Eumano. Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005. 656p.

[31] NAPOLITANO, Marcos. MPB: a trilha sonora da abertura política (1975/1982). Estudos Avançados Nº. 24 (69), 2010. P.389-402. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n69/v24n69a24.pdf> Acesso em: 10 de março de 2011.

[32] Em 1961 acontece o 5º Congresso do Partido Comunista do Brasil. Ali, a partir das idéias de Prestes e aliados, o Partido Comunista do Brasil se transforma em PCB – Partido Comunista Brasileiro e expulsa vários líderes como João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois e Lincoln Oest, entre outros. O jornal A Classe Operária ressurge em 1962 conjuntamente ao PCdoB – Partido Comunista do Brasil, sob a direção dos líderes expulsos no 5º Congresso, em 1961.

> imprimir o boletim entregava, numa sacola de feira, ao Danielli que distribuía para os estaduais. [33]

Podemos afirmar que em comparação aos jornais legalizados, que sofriam uma censura aberta, [34] os jornais clandestinos tinham maior autonomia e podiam publicar as matérias que desejavam. Porém, na entrevista estudada, Maria Amélia Teles diz que chegava a ficar angustiada pela ausência de matérias sobre as mulheres e afirma:

> Ó, se você ver hoje algum documento, se você for lá na UNICAMP, eu nunca olhei lá, na Classe Operária, nesses anos de 67, 68, até 72, nesse período, que fala de mulher, sou eu que escrevo. Todos que falam. Que é raríssimo, você não vai achar muito não. Porque eu brigava, pra sair alguma coisa de mulher ali eu brigava...[35]

E acrescenta:

> Eu era uma espécie de tudo, sabe? Porque eu era rádio-escuta, fazia o trabalho de rádio-escuta... Porque tinha um programa, rádio Moscou, rádio Pequim, rádio Albânia, né? Rádio (...) E, fazia leitura dos jornais daqui, do Brasil, fazia leitura de alguns jornais estrangeiros, entendeu, então era isso, e fazia a parte, de edição mesmo não, isso era com homem, imagina que eles iam deixar uma mulher fazer. Ficava um homem que era da direção, entendeu? E aí eu sempre pedia pra colocar uma matéria sobre mulheres, e muito sobre cultura, porque às vezes eu via na cultura uma possibilidade de fazer alguma coisa. Eles sempre achavam... às vezes eles até achavam boa a matéria, mas ficava pro próximo número porque não cabia. E acabava nunca saindo, sabe? E quando, nossa, quantas vezes eu fiz matéria, cheia de página (...) Depois saía, três linhas daquela matéria, porque não deu, porque não deu. Pra dizer que não saiu nada, então saía.[36]

Assim, podemos notar que o jornal realizava uma espécie de autocensura, escolhendo assuntos que, na visão dos dirigentes, eram mais importantes que notícias acerca das problemáticas das mulheres. Mesmo quando havia em seus quadros militantes mulheres, cujas realizações de tarefas eram imprescindíveis no funcionamento do partido e até do jornal, conforme o depoimento de Maria Amélia Telles. Augusto

---

[33] BUONICORE, Augusto C.. A Classe Operária na clandestinidade (1967-1983). Site da Fundação Maurício Grabois. Disponível em:<http://www.fmauriciograbois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=28&id_noticia=3857> Acesso em 6 de fevereiro de 2011.

[34] Para tal comparação eu usei os artigos presentes na seguinte obra: WOITOWICZ, Karina Janz (org). Recortes da mídia alternativa: histórias e memórias da comunicação no Brasil. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2009. p. 19-76.

[35] TELES, Maria Amélia de Almeida. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro (3 fitas cassete). São Paulo, Brasil, 24/08/2005. Acervo do LEGH/UFSC. p. 22.

[36] Idem.

Buonicore diz ainda que a partir da queda do aparelho, apreensão das máquinas e prisão dos militantes, o jornal passou a estar sob a responsabilidade de Pedro Pomar e teve sua impressão "possivelmente" realizada de maneira descentralizada, diretamente nos estados, mas com a arte enviada pelo Comitê Central. A análise do jornal nos mostra que a partir do período de enfrentamento no Araguaia, em 1972, surgiu um maior número de denúncias sobre as violências sofridas pelas mulheres. Porém, o jornal não se furtou de publicar outros textos acerca das mulheres. Como exemplo, cito: em 1973, o jornal noticiou o VII Congresso das Mulheres Albanesas e, conjuntamente trouxe uma página de homenagem às mulheres.[37] Em março de 1975 publicou um texto sob o título "A causa da emancipação da mulher" [38] que entre outras coisas, falou da luta pela igualdade de direitos entre os sexos e fez menção à instituição do ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas.

Uma das maneiras utilizadas pelas organizações de oposição à ditadura para sensibilizar o povo foi a veiculação de denúncias sobre o desrespeito aos direitos humanos como os sequestros, as torturas, as violações e os assassinatos aos opositores do regime. Os jornais "A Classe Operária" pesquisados apresentaram poucas notícias específicas sobre violência contra mulheres se comparado ao total de denúncias de violência feitas de forma genérica, como veremos mais abaixo:

> Muitos são já os patriotas e democratas, os revolucionários que passaram pelas masmorras da ditadura. Barbaramente torturados nada revelaram. Diante da Justiça Militar desmascararam a ditadura e denunciaram seus crimes. Muitos outros foram assassinados selvagemente. Portaram-se como heróis, até o último alento. São herdeiros de Dimitrov e de outros valentes revolucionários proletários, são dignos filhos do povo, homens e mulheres, quase todos jovens, cujos nomes serão sempre lembrados com veneração e respeito[39]

Aqui, podemos dizer que eles trataram igualmente homens e mulheres, ao não privilegiar nem um nem outro gênero, ao contrário escreveram "são dignos filhos do povo, homens e mulheres, quase todos jovens".

---

[37] PCdoB. A Classe Operária. Nº 74. p. 4. Junho/1973. Disponível em: <http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_43.pdf> Acesso em: 11 de março de 2011.

[38] PCdoB. A Classe Operária. Nº 95. p. 5. Março/1975. Disponível em: <http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo 51_65.pdf> Acesso em: 11 de março de 2011.

[39] PCdoB. A Classe Operária. Nº 66. p. 9. Julho/1972. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_37.pdf>. Acesso em: 11 de março de 2011.

Já durante o período em que houve combate entre os guerrilheiros e as forças armadas o jornal comunista do Brasil também noticiou: "Duas jovens de origem japonesa, de nomes Rioko e Nair, estão igualmente entre os estudantes presos e torturados. Rioko foi detida em abril na cidade de Marabá e passou, nas mãos de seus algozes, incríveis tormentos". [40]

Em todos os jornais do PCdoB pesquisados encontrei algumas notícias que falaram claramente sobre as violências sexuais sofridas por mulheres militantes durante as torturas e uma delas é a seguinte:

> Impressionantes e numerosos são os relatos, infelizmente pouco divulgados, de homens e mulheres que passaram pelos cárceres da ditadura. Crianças atormentadas diante dos pais, esposas violadas na frente dos maridos, pessoas idosas afrontadas física e moralmente...[41]

Aqui, no intuito de sensibilizar o público leitor para as práticas de tortura pelas quais passavam indivíduos relacionados à oposição e resistência ao regime, os responsáveis pela notícia relacionaram nela pessoas apontadas como naturalmente frágeis: as crianças e as idosas. E situações contundentes que tornariam a denúncia mais incisiva, como, "crianças atormentadas na frente dos pais", fato contrário à construção cultural que põe os pais como pessoas que amam os filhos incondicionalmente e, portanto, isso tornava aquela situação ainda mais difícil de suportar, pois consistia em responsabilizar os pais pela violência a que estavam sendo submetidos seus filhos. E por último, o fato de as esposas estarem sendo violadas na frente dos esposos. Esse fato faz lembrar que durante muito tempo se creditou a honra dos homens ao comportamento sexual das mulheres de sua família como a mãe, as irmãs, as filhas e as esposas. [42] Talvez fosse mais contundente à época dizer que as mulheres estavam sendo violadas na presença dos companheiros do que apenas dizer que estavam sendo violadas. Além do exemplo mostrado acima, encontrei a seguinte notícia publicada em 1973 que

---

[40] PCdoB. A Classe Operária. No 70. p. 6. Novembro/1972. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_41.pdf>. Acesso em: 05 de janeiro de 2011.

[41] PCdoB. A Classe Operária. No 86. p. 7. Junho/1974. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_55.pdf> Acesso em: 15 de janeiro de 2011.

[42] BURITI, Iranilson. Espaços de Eva: a mulher, a honra e a modernidade no recife dos anos 20 (Século XX). Revista História Hoje. p. 5. São Paulo, Nº 5, 2004.

possibilita o entendimento que "vexames monstruosos" podem indicar também violência sexual, prática que se deu nos órgãos de repressão:

> As forças repressivas tratam brutalmente as jovens que combatem pela liberdade. Os carrascos policiais e os militares usam os processos mais infames nos interrogatórios e as submetem a vexames monstruosos. É grande o número das que se acham presas ou condenadas. Muitas vivem na clandestinidade. Entre pessoas assassinadas pela polícia por motivos políticos contam-se dezenas de mulheres. Deram suas vidas, em plena juventude, combatendo a tirania. [43]

A próxima notícia citou os "adversários políticos", mas não especificou o gênero deles. Trouxe as expressões "vexames" "torturas" e "bestial sadismo", novamente pode estar indicando que os presos sofreram violência sexual, só que desta vez não se está claramente falando das mulheres:

> Crimes inomináveis são cometidos contra os adversários políticos nas cadeias e cárceres do país. Se os presos não aceitam as acusações ou repelem as brutalidades dos esbirros da polícia e do Exército, são submetidos a vexames e torturas que revelam bestial sadismo. Com verdadeira sanha fascista os carcereiros procuram quebrantá-los fisicamente, abatê-los moralmente e fazê-los capitular. E não são poucos os que têm pago com a vida sua resistência heróica.[44]

Militantes de destaque do partido também foram lembradas pelo jornal. O órgão oficial do PCdoB, em 1974, notícia a morte de Helenira Resende – com o sobrenome alterado -, guerrilheira do Araguaia, da seguinte forma:

> Caiu bravamente. Cercada por tropas da reação, não se amedrontou. Recebeu uma rajada de metralhadora nas pernas e verteu muito sangue. Assim mesmo atirou quanto pode nos que se aproximavam. E acertou no alvo. Depois foi agarrada. Como prisioneira, sua vida devia ser respeitada. Embora gravemente ferida, tinha possibilidade de restabelecer-se. No entanto, os bandidos fardados trataram de liquidá-la utilizando a tortura. Queriam que falasse. Elenira gritou-lhes na cara: "Os companheiros me vingarão". Assassinaram-na bestialmente. Este crime das Forças armadas nunca será olvidado.
> Elenira Machado honrou a juventude brasileira e ressaltou também o papel da mulher na luta contra os opressores. Tombou como verdadeira heroína.
> Não há lutas sem heróis, nem movimento popular sem mártires. Heróis e mártires são testemunhos perenes da bravura de um povo, expressões elevadas de uma nobre causa. Elenira simboliza as aspirações da época em que viveu...

---

[43] PCdoB. A Classe Operária. Nº 74. p. 9. Junho/1973. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_43.pdf>. Acesso em: 16 de setembro de 2010.

[44] PCdoB. A Classe Operária. Nº 27. p. 8. Fevereiro/1969. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_375.pdf>. Acesso em: 16 de janeiro de 2010.

> Dirigente estudantil, militante de vanguarda, ativista do campo, guerrilheira do Araguaia – ela representa bem a juventude rebelde do Brasil de hoje. Sua personalidade marcante e seus atos corajosos projetar-se-ão no tempo... Que a juventude seja fiel à herança revolucionária de Elenira Machado.[45]

O redator do jornal reconhece os esforços dessas mulheres na guerrilha e diz que Helenira é uma "*verdadeira heroína*". Homenageia também uma "*destacada combatente da resistência popular... conhecida pelo nome de Dina*" relatando que

> Nesse ataque criminoso contra o PC do Brasil, que luta pela liberdade e a independência nacional, o Exército assassinou covardemente três de seus mais destacados dirigentes: os camaradas Pedro Pomar, Ângelo Arroio e João Batista Drumond. Prendeu também e torturou selvagemente outros quadros do Partido, entre os quais, Elza Monnerat, Aldo Arantes, Haroldo Rodrigues de Lima e Wladimir Torres Pomar, assim como as duas pessoas que moravam no local – Maria Trindade e Joaquim Celso de lima.[46]

Em virtude da limitação de espaço, apresentei algumas denúncias que estão inseridas em um universo maior, pois, constatei que de aproximadamente cento e dez jornais analisados, dezessete deles falaram de violência contra mulheres, porém, entre esses dezessete se encontram também denúncias de violência contra os homens, sendo que foram raras as notícias falando citando apenas às mulheres ou aos homens separadamente. Apenas quatro números denunciaram as violências sofridas pelas "pessoas", assim, sem apontar o gênero. A grande maioria das denúncias foram realizadas utilizando substantivos no masculino, por exemplo, "patriotas", "cidadãos", "presos políticos", "combatentes de vanguarda", "brasileiros", "guerrilheiros do Araguaia", "professores", "estudantes" e "opositores", fato que causa a sensação de que elas todas se referem apenas aos homens.[47] Percebi ainda que, em alguns momentos, os redatores do jornal utilizaram construções de gênero para sensibilizar os leitores e atraí-los as suas fileiras de oposição e resistência à ditadura militar, como quando falaram dos idosos e crianças que sofreram tortura. E, embora as notícias sobre a violência impingidas apenas aos militantes "homens" fossem em maior número, as mulheres e os horrores porque passaram estiveram presentes no jornal.

---

[45] PCdoB. A Classe Operária. Nº 81. p. 6 e 7. Janeiro/1974. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_50.pdf> Acesso em 15 de janeiro de 2010.

[46] PCdoB. A Classe Operária. Nº 112. p. 4. Janeiro/1977. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_83.pdf> Acesso em: 15 de janeiro de 2011.

[47] Na gramática do português, quando nos expressamos em relação ao plural, se houver apenas um indivíduo do gênero masculino, usamos substantivos do gênero masculino para dar conta da totalidade.

Fontes

Entrevistas

TELES, Maria Amélia de Almeida. Entrevista concedida a Ivonete Pereira (1 cd). Sem local e data informados. Acervo do LEGH/UFSC.

_____. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro (3 fitas cassete). São Paulo, Brasil, 24/08/2005. Acervo do LEGH/UFSC.

Jornal

A Classe Operária: jul/1967; set/1967; dez/1967; fev/1968; abr/1968; mai/1968; jul/1968; set/1968; nov/1968; jan/1969; fev/1969; mar/1969; abr/1969; mai/1969; jun/1969; jul/1969; ago/1969; out/1969; nov/1969; dez/1969; fev/1970; mar/1970; abr/1970; mai/1970; jun/1970; jul/1970; ago/1970; mar/1972; abr/1972 (+nº especial); jun/1972; jul/1972; ago/1972; set/1972; out/1972; nov/1972; abri/1973; jun/1973; jul/1973; ago/1973; set/1973; out/1973; nov/1973; dez/1973; jan/1974; fev/1974; mar/1974; abr/1974; mai/1974; jun/1974; jul/1974; ago/1974; set/1974; out/1974; nov/1974; dez/1974; jan/1975; fev/1975; mar/1975; abr/1975; mai/1975; jun/1975; ago/1975; set/1975; out/1975; nov/1975; jan/1976; fev/1976; abr/1976; mai/1976; jun/1976; jul/1976; set/1976; out/1976; jan/1977 (+nº especial); fev/1977; mar/1977; mai/1977; jun/1977; jul/1977; ago/1977; set/1977; nov/1977; jan/1978; jun/1978; jul/1978; ago/1978; set/1978; nov/1978; dez/1978; jan/1979; fev/1979; abr/1979; mai/1979; jun/1979; jul/1979; ago/1979; out/1979; nov/1979; mar/1980; mai/1980; jul/1980; nov/1980; fev/1981; mai/1981; jul/1981; fev/1982; mar/1982; jun/1982; dez/1982; fev/1983; abr/1983; out/1983.

Livros

COSTA, Albertina de Oliveira, (ET al.). Memórias das mulheres do exílio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 439p.

DE LUCA, Derlei Catarina. No corpo e na alma. Criciúma: Ed. do autor, 2002. 328p.

Site

BUONICORE, Augusto C. A Classe Operária na clandestinidade (1967-1983). Site da Fundação Maurício Grabois. Disponível em:<http://www.fmauriciograbois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao =28&id_noticia=3857> Acesso em 6 de fevereiro de 2011.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 153-202.

BACCEGA, Maria Aparecida. A construção do campo comunicação/educação: alguns caminhos. In: Revista USP. N. 48. Comunicação. São Paulo: USP, CCS, dezembro/fevereiro 2000-2001. p. 19-31.

BORGES, Vavy Pacheco Borges. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas.São Paulo: Contexto, 2005. 203-233p.

BURITI, Iranilson. Espaços de Eva: a mulher, a honra e a modernidade no recife dos anos 20 (Século XX). Revista História Hoje. São Paulo, Nº 5, 2004.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 199-201.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Vozes femininas (ainda) silenciadas: ranços e avanços sobre a violência doméstica no Brasil (1985-2005). In: FRANCO, Sebastião Pimentel; NADER. Maria Beatriz; SILVA, Gilvan Ventura da (orgs). História, mulher e poder. Vitória: Edufes; PPGHis, 2006. 256p.

COSTA, Albertina de Oliveira, (ET al.). Memórias das mulheres do exílio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 439p.

COSTA, Claudia de Lima, MALUF, Sonia. Feminismo fora do centro: entrevista com Ella Shohat. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001. Disponível em:<http://www.scielo.br/Scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 de maio de 2010

DE LUCA, Derlei Catarina. No corpo e na alma. Criciúma: Ed. do autor, 2002. 328p.

DE LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas.São Paulo: Contexto, 2005. 132-139.

HOBSBAWM, Eric J. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. 2ª Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 223-252.

KUCINSKI, Bernardo. A síndrome da antena parabólica. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. 200p.

LENIN, Vladimir I. Sobre o Direito das Nações à Autodeterminação. Disponível em: <http://www. marxists.org/portugues/lenin/1914/auto/cap02.htm> Acesso em: 23 de setembro de 2010.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). Usos & Abusos da história oral. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 167-182.

ORLANDI, Eni P. Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. Em Aberto. Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994. 53-59 p. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov .br/index.php/emaberto/article/view/911/817> Acesso em: 15 de setembro de 2010.

ORLANDI. Eni P. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 6ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 2005. 100p.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. Massacre na Lapa: como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB – São Paulo, 1976. 3. ed. rev.. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. 208p.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. 284 p.

VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. 28 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p.314.

WOLFF, Cristina; BACK, Lilian; SENA, Priscila Carboneri de. Relações de gênero na definição de um guerrilheiro: um paralelo entre o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8 – Brasil) e o Ejercito Revolucionario del Pueblo (ERP – Argentina). Anais do IV Encontro Regional Sul de História Oral – Cultura, identidades e memórias, Florianópolis, 12 a 14 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/CristinaScheibeWolff.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2010.

WOITOWICZ, Karina Janz (org). Recortes da mídia alternativa: histórias e memórias da comunicação no Brasil. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2009. 312p.